

A ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NA SAÚDE PÚBLICA DO VALE DO TAQUARI-RS

Elisabete Bald¹, Simone Morelo Dal Bosco², Fernanda Scherer³

Resumo: Este estudo objetivou identificar o perfil dos profissionais que atuam com as políticas de alimentação e nutrição na Saúde Pública do Vale do Taquari-RS. A pesquisa foi desenvolvida em 30 municípios, dos quais 22 contam com nutricionistas. O estudo, de caráter quantitativo, transversal, tem como base um questionário estruturado autoaplicável enviado por correio eletrônico aos responsáveis pelas Políticas de Alimentação e Nutrição dos municípios. Os dados foram analisados por meio do teste estatístico Exato de Fisher com o auxílio do *software* utilizado SPSS versão 13.0. Em relação ao perfil dos profissionais que atuam na área, observou-se que 28 (93,3%) eram nutricionistas. De todos os profissionais atuantes, 20 (66,7%) possuem menos de dez anos de formação e 19 (63,3%) atuam há menos de cinco anos na Saúde Pública. Concluiu-se que o nível de satisfação perante as atividades na Saúde Pública estão associadas com o tempo de formação e com o tempo de atuação recente nos programas.

Palavras-chave: Atuação. Saúde Pública. Nutricionista.

1 INTRODUÇÃO

A ciência da nutrição teve crescente desenvolvimento nas últimas décadas, o que pode ser verificado pelo aumento dos cursos de graduação no Brasil e da área de atuação do nutricionista, como em escolas, empresas, clínicas. Também observa-se que a Nutrição teve avanço na área da pesquisa, havendo inúmeros trabalhos científicos produzidos por pesquisadores nutricionistas. Embora disponha-se de vasto conhecimento técnico para solucionar a maior parte dos problemas de nutrição existentes, a atuação do profissional de nutrição na Gestão Pública é vista por alguns pesquisadores como tímida e incipiente (BOOG, 2008). No Brasil, surgiu no decorrer dos anos 1930-1940, tendo como uma de suas vertentes a Nutrição em Saúde Pública ou Nutrição em Saúde Coletiva (CAMOSSA, 2012).

Nas últimas décadas, o Brasil conquistou grandes avanços no campo da saúde, principalmente com o processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS), e com a inserção do nutricionista nessa área, estando este apto para atuar na Atenção Básica e nas Políticas Governamentais de Alimentação e Nutrição (LADEIRA, 2009).

Refletir, portanto, sobre o quanto a formação do nutricionista está sintonizada com tais desafios é estratégico para aumentar a eficácia da atenção à saúde (RECINE, 2012). A Saúde Pública é um campo de produção de conhecimento e de intervenção profissional especializada, mas também interdisciplinar, em que não há limites precisos ou rígidos entre as diferentes escutas ou os diferentes modos de reproduzir a saúde, a qual visa a superar o modelo convencional e o

1 Nutricionista.

2 Nutricionista. Doutora em Ciências da Saúde. Docente da Univates.

3 Nutricionista. Especialista em Nutrição Clínica, Educação em Saúde e Saúde Coletiva. Mestre em Gerontologia Biomédica. Docente da Univates.

modelo biomédico existente a partir dos anos de 1970 (CECCIM; CARVALHO, 2006). Como campo científico assumidamente interdisciplinar, a Saúde Pública lida, portanto, com um amplo leque temático, atraindo e abrigando profissionais de diversas origens (SCHERER et al., 2012).

Profundas mudanças no processo de ensino, para investir na formação de um nutricionista com atuação generalista e capaz de perceber o indivíduo no sentido holístico, podem ser alcançadas com a inserção e atuação desse profissional na Estratégia de Saúde da Família (ESF) (MOREIRA; FREITAS, 2010).

Conforme Vasconcelos (2005), a participação do nutricionista nos programas públicos de governo ligados à política social foi etapa importante para o processo de institucionalização das ações em Nutrição no âmbito da rede pública de serviços de saúde, educação e assistência social.

O propósito da formação acadêmica do profissional da saúde é proporcionar conhecimentos que o tornem capaz de gerar impactos positivos no perfil epidemiológico da população. Trata-se, portanto, de um profissional apto a participar efetivamente da produção e reprodução das práticas de atenção à saúde no Brasil (MOREIRA; FREITAS, 2010).

Um importante passo para dar sustentação a sua atuação no campo da Saúde Pública foi dado pelo conselho Federal de Nutricionistas, em 2005, por meio da resolução nº 380, que dispõe sobre a definição das áreas de atuação e de suas atribuições (BOOG, 2008).

Este estudo teve como objetivo identificar o perfil dos profissionais que atuam com as políticas de alimentação e nutrição na Saúde Pública do Vale do Taquari-RS.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em 30 municípios do Vale do Taquari – RS, pertencente à 16ª Coordenadoria Regional de Saúde, dos quais 22 contam com nutricionistas atuando na Saúde Pública. O estudo tem caráter quantitativo, transversal, tendo como base um questionário estruturado autoaplicável em formato Excel, com questões fechadas, enviado por correio eletrônico aos responsáveis pelas Políticas de Alimentação e Nutrição dos municípios.

Os questionários foram elaborados pela própria pesquisadora com base em estudos já realizados e em documentos relacionados com as resoluções CFN nº 380/2005 e CFN nº 417/2008.

A fim de conhecer a atuação e o perfil dos profissionais responsáveis pelas políticas de alimentação e nutrição, foram questionados aspectos como cargo que ocupa, titulação, tempo de atuação na saúde pública, atividades realizadas e nível de satisfação com o trabalho desenvolvido. A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre agosto a novembro de 2012.

A pesquisa atendeu às disposições da Resolução nº 196/96, referente às pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário UNIVATES e aprovado sob o número 50899, em 16 julho de 2012.

Os dados foram analisados com base em tabelas, gráficos estatísticos descritivos e pelo teste estatístico Exato de Fisher. Os resultados foram considerados significativos a um nível de significância máximo de 5% ($p \leq 0,05$). O *software* utilizado para essa análise foi o SPSS versão 13.0.

3 RESULTADOS

Dentre os 42 municípios pertencentes ao Vale do Taquari, 30 (71,43 %) retornaram o questionário.

Em relação ao perfil dos profissionais que atuam na área da alimentação e nutrição na saúde pública do Vale do Taquari, observou-se que 28 (93,3%) são nutricionistas e 2 (6,7%) têm formação em outra área da saúde. De todos os profissionais atuantes, 20 (66,7%) possuem menos de 10 anos

de formação e 10 (33,3%) têm 10 anos ou mais. E, em relação ao tempo de atuação na saúde pública, 19 (63,3%) atuam há menos de cinco anos e 11 (36,7%) há mais de cinco anos.

Na Tabela 1 constatou-se que a participação em programas de treinamento e capacitação e o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar se mostram significativamente associadas ao tempo de formação do profissional em questão. Verificou-se que os nutricionistas satisfeitos com os itens acima, estão associados ao tempo de formação inferior a 10 anos ($p=0,010$) e os que não realizam essas atividades estão associados ao tempo de formação 10 anos ou mais ($p=0,041$). Em relação às demais atuações, não se verificou-se associação significativa com o tempo de formação. O teste utilizado para essas associações foi o Exato de Fisher.

Tabela 1. Avaliação da satisfação das atividades do profissional de Alimentação e Nutrição em relação ao tempo de formação na Saúde Pública

Questão	Categoria	Tempo de formação (anos)				p
		Menos de 10		10 ou mais		
		N	%	n	%	
Elaboração de receituário dietético	Satisfeito	18	90,0	7	70,0	0,227
	Insatisfeito	1	5,0	1	10,0	
	Não realizo	1	5,0	2	20,0	
Anamnese alimentar e nutricional	Satisfeito	19	95,0	9	90,0	0,563
	Insatisfeito	1	5,0	-	-	
	Não realizo	-	-	1	10,0	
Avaliação nutricional e antropométrica	Satisfeito	19	95,0	10	100,0	1,000
	Insatisfeito	1	5,0	-	-	
Avaliação de parâmetros nutricionais	Satisfeito	18	90,0	10	100,0	0,540
	Insatisfeito	2	10,0	-	-	
Elaboração do plano alimentar/prescrição dietética	Satisfeito	18	90,0	8	80,0	0,511
	Insatisfeito	2	10,0	1	10,0	
	Não realizo	-	-	1	10,0	
Coordenação, supervisão e execução do Programa de Suplementação de Sulfato Ferroso	Satisfeito	1	5,0	1	10,0	1,000
	Insatisfeito	9	45,0	5	50,0	
	Não realizo	10	50,0	4	40,0	
Educação e Orientação Alimentar e Nutricional	Satisfeito	18	90,0	7	70,0	0,300
	Insatisfeito	2	10,0	3	30,0	
Visita domiciliar de nutrição	Insatisfeito	1	5,0	-	-	1,000
	Não realizo	19	95,0	10	100,0	
Planejamento, implementação e análise de inquéritos epidemiológicos	Satisfeito	4	20,0	-	-	0,463
	Insatisfeito	5	25,0	3	30,0	
	Não realizo	11	55,0	7	70,0	

Questão	Categoria	Tempo de formação (anos)				p
		Menos de 10		10 ou mais		
		N	%	n	%	
Participação em equipes multidisciplinares	Satisfeito	14	70,0	5	50,0	0,290
	Insatisfeito	6	30,0	4	40,0	
	Não realizo	-	-	1	10,0	
Participação em estudo e pesquisas	Satisfeito	3	15,0	1	10,0	0,862
	Insatisfeito	5	25,0	4	40,0	
	Não realizo	12	60,0	5	50,0	
Participação em programas de treinamento e capacitação	Satisfeito	14	70,0	2	20,0	0,010*
	Insatisfeito	5	25,0	4	40,0	
	Não realizo	1	5,0	4	40,0	
Elaboração do plano de trabalho anual	Satisfeito	7	35,0	4	40,0	1,000
	Insatisfeito	5	25,0	3	30,0	
	Não realizo	8	40,0	3	30,0	
Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar	Satisfeito	12	60,0	5	50,0	0,041*
	Insatisfeito	8	40,0	2	20,0	
	Não realizo	-	-	3	30,0	
Participação do Conselho Municipal de Saúde	Satisfeito	3	15,0	3	30,0	0,762
	Insatisfeito	5	25,0	2	20,0	
	Não realizo	12	60,0	5	50,0	
Coleta de dados para o SISVAN	Satisfeito	11	55,0	5	50,0	0,118
	Insatisfeito	7	35,0	1	10,0	
	Não realizo	2	10,0	4	40,0	
Digitação dos dados coletados do SISVAN	Satisfeito	10	50,0	4	40,0	0,868
	Insatisfeito	3	15,0	1	10,0	
	Não realizo	7	35,0	5	50,0	
Coleta de dados para o Bolsa Família	Satisfeito	11	55,0	6	60,0	1,000
	Insatisfeito	2	10,0	-	-	
	Não realizo	7	35,0	4	40,0	
Digitação dos dados do Bolsa Família	Satisfeito	10	50,0	5	50,0	0,857
	Insatisfeito	2	10,0	-	-	
	Não realizo	8	40,0	5	50,0	

*Significativo $p \leq 0,05$; Teste Exato de Fisher.

Na Tabela 2 pode-se verificar que a atividade de participação em programas de treinamento e capacitação está significativamente associada com o tempo de atuação na saúde pública, demonstrando que os profissionais satisfeitos estão associados ao tempo de atuação de até cinco anos ($p = 0,025$). O teste utilizado para essas associações foi o Exato de Fisher.

Tabela 2. Avaliação da satisfação das atividades exercidas pelos responsáveis pelas políticas de alimentação e nutrição em relação ao tempo de atuação na Saúde Pública

Questão	Categoria	Tempo de atuação na Saúde Pública (anos)				p
		Até 5		Mais de 5		
		N	%	n	%	
Elaboração de receituário dietético	Satisfeito	18	94,7	7	63,6	0,067
	Insatisfeito	-	-	2	18,2	
	Não realizo	1	5,3	2	18,2	
Anamnese alimentar e nutricional	Satisfeito	19	100,0	9	81,8	0,126
	Insatisfeito	-	-	1	9,1	
	Não realizo	-	-	1	9,1	
Avaliação nutricional e antropométrica	Satisfeito	19	100,0	10	90,9	0,367
	Insatisfeito	-	-	1	9,1	
Avaliação de parâmetros nutricionais	Satisfeito	18	94,7	10	90,9	1,000
	Insatisfeito	1	5,3	1	9,1	
Elaboração do plano alimentar/prescrição dietética	Satisfeito	18	94,7	8	72,7	0,126
	Insatisfeito	1	5,3	2	18,2	
	Não realizo	-	-	1	9,1	
Coordenação, supervisão e execução do Programa de Suplementação de Sulfato Ferroso	Satisfeito	1	5,3	1	9,1	0,853
	Insatisfeito	8	42,1	6	54,5	
	Não realizo	10	52,6	4	36,4	
Educação e Orientação Alimentar e Nutricional	Satisfeito	17	89,5	8	72,7	0,327
	Insatisfeito	2	10,5	3	27,3	
Visita domiciliar de nutrição	Insatisfeito	1	5,3	-	-	1,000
	Não realizo	18	94,7	11	100,0	
Planejamento, implementação e análise de inquéritos epidemiológicos	Satisfeito	4	21,1	-	-	0,362
	Insatisfeito	4	21,1	4	36,4	
	Não realizo	11	57,9	7	63,6	
Participação em equipes multidisciplinares	Satisfeito	13	68,4	6	54,5	0,640
	Insatisfeito	5	26,3	5	45,5	
	Não realizo	1	5,3	-	-	
Participação em estudo e pesquisas	Satisfeito	2	10,5	2	18,2	0,880
	Insatisfeito	6	31,6	3	27,3	
	Não realizo	11	57,9	6	54,5	
Participação em programas de treinamento e capacitação	Satisfeito	13	68,4	3	27,3	0,025*
	Insatisfeito	5	26,3	4	36,4	
	Não realizo	1	5,3	4	36,4	

Questão	Categoria	Tempo de atuação na Saúde Pública (anos)				p
		Até 5		Mais de 5		
		N	%	n	%	
Elaboração do plano de trabalho anual	Satisfeito	7	36,8	4	36,4	1,000
	Insatisfeito	5	26,3	3	27,3	
	Não realizo	7	36,8	4	36,4	
Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar	Satisfeito	12	63,2	5	45,5	0,093
	Insatisfeito	7	36,8	3	27,3	
	Não realizo	-	-	3	27,3	
Participação do Conselho Municipal de Saúde	Satisfeito	2	10,5	4	36,4	0,260
	Insatisfeito	5	26,3	2	18,2	
	Não realizo	12	63,2	5	45,5	
Coleta de dados para o SISVAN	Satisfeito	10	52,6	6	54,5	0,615
	Insatisfeito	6	31,6	2	18,2	
	Não realizo	3	15,8	3	27,3	
Digitação dos dados coletados do SISVAN	Satisfeito	8	42,1	6	54,5	0,579
	Insatisfeito	2	10,5	2	18,2	
	Não realizo	9	47,4	3	27,3	
Coleta de dados para o Bolsa Família	Satisfeito	10	52,6	7	63,6	0,850
	Insatisfeito	2	10,5	-	-	
	Não realizo	7	36,8	4	36,4	
Digitação dos dados do Bolsa Família	Satisfeito	9	47,4	6	54,5	0,859
	Insatisfeito	1	5,3	1	9,1	
	Não realizo	9	47,4	4	36,4	

*Significativo $p \leq 0,05$; Teste Exato de Fisher.

4 DISCUSSÃO

Geus (2011) ressalta que o profissional nutricionista é o mais capacitado para atuar em todas as áreas em que a alimentação e a nutrição se apresentam fundamentais para a promoção, manutenção, recuperação da saúde e a prevenção das doenças de indivíduos ou de grupos. Essa colocação se confirma nos municípios participantes do estudo em destaque, onde o perfil dos profissionais que atuam na área da alimentação e nutrição na saúde pública do Vale do Taquari é composto por 28 (93,3%) nutricionistas e 2 (6,7%) profissionais com formação em outra área da saúde.

Diferentemente dos resultados encontrados neste estudo, de que o profissional nutricionista tem papel de destaque nas Políticas de Alimentação e Nutrição, destaca-se a percepção de Santos (2005) e Oliveira e Radicchi (2005). Em seus estudos esses autores concluíram de que o nutricionista não está desempenhando o seu devido papel. Essa afirmação é confirmada por De Paula (2009) que afirma que a categoria manifesta a sensação de não estar ocupando seu verdadeiro espaço, reafirmando a colocação feita por Boog (2008) de que a atuação profissional do nutricionista no campo da Saúde Pública é considerada tímida e incipiente.

Observou-se uma relação significativamente maior entre a participação dos profissionais com tempo de formação inferior a 10 anos em programas de treinamento e capacitação, e atividades que envolvam desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional, para a comunidade escolar ($p=0,010$). Os profissionais que menos realizam essa atividade são os com 10 anos ou mais de formação ($p=0,041$).

Santos (2012) destaca o ressurgimento, ainda que tímido, da educação nutricional após este “exílio” de quase vinte anos que ocorreu não só nas organizações e serviços, mas também esteve presente no âmbito acadêmico, marcado pela ausência de pesquisas e estudos nessa área. Sabe-se que é papel do nutricionista prestar assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos sadios ou enfermos, por meio de ações, programas, pesquisas e eventos, direta ou indiretamente relacionados à alimentação e nutrição, visando à prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde da população (CFN 380/2005), independentemente do tempo de formação.

Santos (2012) também observou a crescente importância dada à educação alimentar e nutricional nos documentos que elaboram as políticas públicas no campo da alimentação e nutrição no Brasil. Partiu da análise da formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, da Estratégia Fome Zero, assim como da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Em seguida, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Promoção da Saúde e o Programa de Saúde Escolar, em 2006 e 2008, respectivamente, os quais, por sua vez, têm também suscitado discussões sobre o tema.

Com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Nutrição, instituídas a partir da resolução nº 5, de 7 de novembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Superior (CES) do Ministério da Educação, foi proposta a formação de um profissional com capacitação específica em segurança alimentar e atenção dietética, visando à participação em programas de educação e treinamento e educação alimentar em escolas e similares (BRASIL, 2001).

Verificou-se que a atividade de participação em programas de treinamento e capacitação também se mostrou significativamente associada com o tempo de atuação na Saúde Pública, demonstrando que os profissionais satisfeitos estão associados ao tempo de atuação de até cinco anos. Os profissionais insatisfeitos correspondem àqueles com tempo de atuação superior a cinco anos na Saúde Pública.

Isso confirma a participação dos recém-formados em nutrição em programas de treinamento e capacitação. Estudos já mostram o quanto o setor saúde pode, com base no processo de troca dinâmica de informações sobre alimentação e nutrição, contribuir para a formação de opinião confiável sobre os princípios e recomendações da alimentação saudável.

No âmbito das ações direcionadas à capacitação de indivíduos, o propósito é garantir condições para que a população possa exercer sua autonomia decisória, fazendo-a optar por escolhas alimentares mais saudáveis. Vale ressaltar também que a educação nutricional assume um papel fundamental para o exercício e fortalecimento da cidadania alimentar. No processo de capacitação de recursos humanos, muito se deve aos centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, configurando um centro de apoio às ações de alimentação em nutrição, buscando integrar ensino, pesquisa e serviço (RECINE; VASCONCELLOS, 2011).

No processo de educação dos profissionais da saúde, as iniciativas de capacitação contínua têm sido caracterizadas pela relação com o processo de trabalho institucional, objetivando a transformação da prática. Contribuindo com esse cenário, o desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade atual vem causando transformações constantes nos ambientes de trabalho e, conseqüentemente, exigindo um profissional com perfil mais aberto e capaz de adaptar-

se a mudanças, instrumentalizado e motivado a continuar aprendendo ao longo de sua vida, independente do tempo de atuação na Saúde Pública (GUIMARÃES et al., 2010).

5 CONCLUSÃO

Percebeu-se que as políticas de alimentação e nutrição dos municípios estão representadas em sua maioria por nutricionistas, constatando o nível de satisfação perante as atividades que lhe são cabíveis, detectando a importância que ele tem na Saúde Pública. Além disso, observou-se que existe associação significativa entre o tempo de atuação na Saúde Pública com o tempo de formação acadêmica.

REFERÊNCIA

BOOG, Maria Cristina Faber. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/viewFile/3860/2932>>. Acesso em 31 de janeiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2013.

CARVALHO, Yara M.; CECCIM, Ricardo B. Formação e educação em saúde: Aprendizados com a saúde coletiva. In: CAMPOS, Gastão W. S.; MINAYO, Maria C. S.; AKERMAN, Marco. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAMOSSA, Ana Cristina do Amaral; TELAROLLI Junior, et al. O fazer teórico-prático do nutricionista na estratégia saúde da família: representações sociais dos profissionais das equipes. *Rev. Nutrição*. v. 25, n. 1, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n1/a09v25n1.pdf>>. Acesso em: 20 e fevereiro de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Resolução nº 380 de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelecimentos numéricos de referência, por área de atuação. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Resolução nº 417 de 18 de março de 2008. Dispõe sobre os procedimentos nutricionais para atuação dos nutricionista e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.crn9.org.br/uploads/file/res417.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2013.

GEUS, Laryssa Maria Mendes de, et al. A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. **Rev. Ciênc. saúde coletiva [online]**. v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16s1/a10v16s1.pdf>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

GUIMARÃES Eliane Marina Palhares et al; Educação permanente em saúde: Reflexões e desafios. **Rev. Ciência & Enfermaria XVY**, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/cienf/v16n2/art_04.pdf>. Acesso em 01 de março de 2013

LADEIRA Jessica Pfarrius. As atribuições do nutricionista na atenção básica em um município do Vale dos Sinos. [Trabalho de conclusão de Curso]. Novo Hamburgo, 2009. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaJessicaLadeira.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2013.

MOREIRA, Patricia Vasconcelos Leitão; FREITAS, Cláudia Helena Soares de Moraes. Educação em saúde nos cenários de práticas dos estudantes de nutrição. **Revista de APS**, v. 13, n. 4, Juiz de fora (2010). Disponível em: <http://www.aps.ufjf.br/index.php/aps/article/view/854/395>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

OLIVEIRA, Tatiana Resende Prado Rangel de ; RADICCHI, Antônio Leite Alves Inserção do nutricionista na equipe de atendimento ao paciente em reabilitação física e funcional. **Rev. Nutrição**. v. 18, n. 5. Campinas, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a03v18n5.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

RECINE Elisabetta; GOMES Renata Couto Falcão, et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. **Rev. Nutrição**. Campinas, v. 25, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n1/a03v25n1.pdf>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

RECINE, Elisabetta; VASCONCELLOS, Ana Beatriz. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Rev. Ciência Saúde Coletiva** [online]. v.16, n.1, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n1/v16n1a11.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Anderson Carlos dos. A inserção do nutricionista na Estratégia da Saúde da Família: o olhar de diferentes trabalhadores da saúde. **Rev. Saúde Desenvolvimento**. Curitiba, v. 7, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/view/8033/5656>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

SANTOS Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Rev. Ciência. saúde coletiva**, v.17, n. 2, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n2/a18v17n2.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

SAÚDE, Ministério. Resolução nº 196 de 1996, versão 2012. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out-versao_final_196_ENCEP2012.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

SCHERER Fernanda.; SILVA Quelen da; ARNHOLDT Ana Paula. Percepção do processo formativo dos alunos em estágio de saúde coletiva. **Rev. Caderno Pedagógico**, v.9, n.2, Lajeado, 2012. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/viewArticle/258>>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

